

A Revolução Industrial deixou entrever os antagonismos básicos, bem como os sujeitos históricos que iriam acompanhar a trajetória do capitalismo. A formação da classe de trabalhadores industriais praticamente coincide com sua oposição e resistência à ação predatória que sofre por parte do capital enquanto força social hegemônica.

Nesse processo, os trabalhadores criaram diversos tipos de organizações: associações literárias, de ajuda mútua, sindicatos, cooperativas de produção e consumo, conselhos de fábrica e de cidadãos e partidos políticos. Propiciaram, também, a formação de teorias que preconizavam tanto a conquista de uma sociedade socialista, ou ao menos não capitalista, como a forma de se alcançar esse objetivo. No entanto, não tardou a que se estabelecessem as grandes clivagens que colocaram de um lado os reformistas e, do outro, os partidários da revolução social. Em qualquer dos casos, o conflito com o capital encontrava-se enunciado. Porém, enquanto os partidários dos métodos reformistas buscavam manter os conflitos num patamar aceitável para a Ordem, ou até tratavam de escamoteá-los, os partidários da revolução preconizavam a intensificação das lutas como a única forma coerente de se alcançar a conquista do poder político, sem o qual nenhuma transformação social radical poderia realmente ocorrer.

As organizações dos trabalhadores, usualmente, emergiam das entranhas da classe operária com ou sem ajuda de teorias, o que ocorreu igualmente com as cooperativas. No entanto, durante o século XIX, coube aos partidários e ideólogos dos métodos de reforma - o que durante muito tempo incluiu partidos que se autodenominavam marxistas-, ver nas cooperativas, e particularmente nas de produção, um meio estratégico de levar a cabo as transformações sociais almejadas, o que foi o caso, por exemplo, do Partido Operário Alemão. Em suma, os partidários da tomada do poder político e da revolução não atribuíram à formação de cooperativas um papel estratégico nesse processo, enquanto que os partidários das reformas viram na formação de cooperativas, ou mesmo de comunidades alternativas, um meio fundamental de mudar a sociedade.

A proposta de criação de organizações alternativas, notadamente cooperativas, paralelamente às instituições capitalistas, é influente no Movimento Operário e Popular (MOP) até fins do século XIX e inícios do século XX. Entretanto, foram as organizações de enfrentamento imediato com o capital, como sindicatos, conselhos e partidos políticos que crescentemente aumentaram sua influência junto à massa de trabalhadores.

Consumada a revolução russa, e como fato pós-revolucionário, o programa bolchevique que propunha a construção do socialismo atribuiu um papel secundário às cooperativas. Mas Lênin, em seus últimos escritos, conjecturou que as cooperativas, notadamente as do campo, deveriam ter um lugar na edificação do socialismo muitíssimo mais importante do que o Partido lhes atribuíra.

No entanto, não há dúvida de que foram os métodos de confronto com o capital, fossem eles reformistas ou revolucionários, que deram os maiores frutos ao MOP. Desde fins do século XIX, e praticamente durante a maior parte do século XX, os trabalhadores deram origem a uma vasta cadeia de ações mais ou menos subversivas. Partidos e sindicatos se fortaleceram, greves grassaram Europa a fora, rebeliões eclodiram, revoluções e tentativas de revoluções foram levadas a cabo e instaurou-se o socialismo como uma aparente alternativa real ao capitalismo.

O papel das cooperativas na Ordem social foi desempenhado de forma modesta. Como ocorreu com outras organizações que nasceram do movimento operário, a burguesia tomou emprestada a forma de cooperativa, e foi sob a modalidade burguesa que o cooperativismo teve um desenvolvimento significativo, notadamente no transcurso do século XX. Por outro lado, o desenvolvimento das cooperativas de trabalhadores, particularmente as de produção, foi muito modesto e elas nem ao menos se aproximaram do papel que os reformistas lhes atribuíram. Dessa forma, as cooperativas de trabalhadores, dos mais variados tipos e com os mais diversos estatutos legais e funcionais, sobreviveram e continuaram a desenvolver-se, porém, sempre num contexto de excentricidade em relação ao capital e sem qualquer ameaça aparente para o sistema. De qualquer modo, depois da revolução russa, o prestígio das cooperativas como possíveis promotoras de transformação social desabou no âmbito do MOP e, em geral, essas organizações, ao menos até as décadas de 1970 ou 1980, passaram a ser vistas com desconfiança e mesmo hostilidade por boa parte de partidos e sindicatos.

No período entre o fim da segunda guerra e 1970, reformistas e revolucionários continuaram a disputar o cenário político, ainda que os últimos, embora continuassem a alardear os ideais revolucionários, na prática dedicavam-se igualmente a lutar por reformas. Em todo o caso, na periferia do sistema-mundo, o ideal da revolução ainda mostrou eficácia quando se combinou com os anseios de libertação nacional dos povos, dando origem a países socialistas na Ásia, África e América Latina, o que contribuía tanto para dar alento à via revolucionária quanto para alimentar a esperança de que os países socialistas superariam os seus problemas.

Nesse período, partidos e sindicatos fortaleceram-se, em parte possivelmente devido ao fato de que o espectro do comunismo efetivamente rondava a Europa, com a emergência da URSS como potência e a revolução cultural chinesa, dentre outros acontecimentos.

Na luta travada entre capital e trabalho, um grande arranjo entre patrões e sindicatos redundou em importantes *concessões* por parte da burguesia em troca da *abdicação* dos sindicatos - e dos partidos - de interferirem no âmago das relações capitalistas, ou seja, na organização da produção. Estas políticas propiciaram uma *paz social* que certamente teve papel estratégico na notável retomada do desenvolvimento econômico observado no período, sobre o qual foi possível construir-se o chamado Estado do Bem-estar Social, característico do centro, mas que, também, tangenciou a periferia.

A reformas pareciam funcionar. Direitos civis melhoraram, direitos políticos estenderam-se e direitos sociais emergiram com energia. As poderosas idéias de progresso e desenvolvimento cidadão cativaram as organizações e amplas massas dos trabalhadores, propiciando a impressão generalizada de que, afinal, a via para a civilização encontrava-se aberta de modo ineludível.

No fim desse período, porém, já eram conhecidos os grandes problemas por que passavam os países socialistas. No ocidente, por sua vez, o pacto do pós-guerra entre o capital e o trabalho chegava ao fim, com o descontentamento crescente dos trabalhadores com o despotismo capitalista, com a cessão do fluxo de benefícios salariais e sociais que vinha caracterizando essa época e, conseqüentemente, com a eclosão de grandes rebeliões estudantis e de greves operárias *selvagens*. Mas, ao menos no campo dos trabalhadores, quem podia imaginar o que sobreveio?

Os países socialistas remanescentes parecem caminhar para sua completa dissolução no capital. Em contraposição, a burguesia trata de retomar dos trabalhadores o que aparecia como avanços da civilização e conquistas inalienáveis, ao mesmo tempo em que se empenha ferozmente na universalização mais completa do capital - privatização e outras políticas -, atuando tanto na dimensão capilar, quanto em nível das grandes estruturas econômicas e geopolíticas.

Sindicatos e partidos tratam de resistir a essa contra-ofensiva do capital. No centro do sistema, os trabalhadores têm conseguido salvaguardar algumas de suas conquistas. Mas, na periferia, na qual a organização do MOP é mais frágil, o retrocesso segue avançando. Assistimos, então, a uma espécie de renascimento do *vale tudo* da política burguesa originária, com o reaparecimento de jornadas de trabalho ilimitadas, salários aviltados, perda de direitos sociais históricos, precarização do mercado de trabalho e o desemprego estrutural.

Concomitantemente, partidos e sindicatos, tendo aderido às categorias capitalistas dos direitos civis, políticos e sociais, e tendo, também, *educado* as massas trabalhadoras nesses valores, mostram-se impotentes tanto para mobilizá-las quanto para elaborar políticas alternativas de enfrentamento com o capital. Isto porque as linhas pretensamente inovadoras que examinam ou aplicam, paradoxalmente, não fazem mais do que insistir no diapasão social-democrata, o qual se tem demonstrado impotente para recompor o poder sindical e, conseqüentemente, levar as massas populares a reverter os acontecimentos.

Nesse contexto, que evoca os tempos da Revolução Industrial, os trabalhadores, numa espécie de crítica às suas organizações clássicas, como sindicatos e partidos, parecem ter aberto uma vez mais o seu campo de atuação a experiências de organização e ação de diversas naturezas. Surgem movimentos inusitados, como, por exemplo, os zapatistas no México ou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil. Criam-se Ongs e Fóruns e adquirem impulso os mais diversos tipos de organizações econômicas dos trabalhadores, dentre as quais destaca-se certamente a forma cooperativa.

No Brasil, a emergência e expansão do trabalho associado, principalmente das cooperativas de trabalhadores, suscitaram o aparecimento do conceito de *economia solidária*. Aparentemente, a economia solidária tornou-se significativa o suficiente para que o Partido

dos Trabalhadores, no poder, que de resto governa francamente segundo as políticas neoliberais antipopulares, tenha criado uma Secretaria Federal para cuidar dela.

Tudo indica que ao menos a expressão economia solidária vingou, de modo que ela se propaga por meio da ação de diversas organizações, da mídia, como objeto de pesquisas e trabalhos acadêmicos, entre outros.

Podemos observar uma tendência no sentido de abrigar sob essa designação os mais diversos tipos de cooperativas e organizações. São agora usualmente considerados como parte da economia solidária as cooperativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as empresas industriais que até outro dia eram conhecidas como fábricas de autogestão, as cooperativas ligadas a Incubadoras universitárias, modestas organizações populares proto-econômicas geradoras de trabalho e renda e várias outras organizações e ou empresas. Uma linha de reflexão sobre o fenômeno chega inclusive a avançar a tese de que a economia solidária seria o germe de um novo modo de produção. Este modo de produção, divergente do capitalista e alternativo a ele, fundar-se-ia sobre relações de produção solidárias que se destacariam pela ausência de exploração econômica e subordinação dos trabalhadores, e que no plano social ou macroeconômico se expressaria pela constituição de redes solidárias num mercado constituído por unidades de trabalho independentes.

A fórmula das revoluções socialistas, concebida em termos dos partidos e quadros que representariam os interesses das classes trabalhadoras, ao menos visto o assunto numa ótica histórica pragmática e não muito longa, fracassou. As grandes reformas cidadãs, que efetivamente deram condições de vida anteriormente impensáveis a uma parte dos trabalhadores, estão ameaçadas ou encontram-se já em ruínas. Nessa perspectiva, a formulação da hipótese de um novo modo de produção que nasceria da economia solidária e por obra dos próprios trabalhadores é fascinante. Porém, as perguntas sem resposta que se apresentam à economia solidária são ainda demasiadas e, por evocação, podem reeditar, no contexto dos dias de hoje, elementos das polêmicas que em outros tempos envolveram lassallianos, social-democratas, marxistas radicais e não radicais e várias outras forças.

Uma primeira questão diz respeito à diversidade do que se coloca sob a denominação de economia solidária. As cooperativas do MST, por exemplo, elas próprias muito diversas, fazem parte de um

movimento político, altamente ideológico, autodenominado socialista que se propõe fazer a reforma agrária no Brasil e que assumiu como principal meio de luta a ocupação de terras. As empresas industriais autodenominadas autogestionárias, resgatadas do fechamento ou da falência pelos trabalhadores, têm como ideologia mais ou menos posta o estabelecimento da gestão democrática dos empreendimentos por todos os trabalhadores associados, e têm como um de seus preceitos fundamental o emprego de trabalho não assalariado. Esses dois exemplos importantes da economia solidária são compatíveis com uma massa maior de cooperativas, situadas nos mais variados ramos, e que em linhas gerais orientam-se, em tese, pelos princípios genéricos e abstratos da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), os quais comportam tanto o trabalho associado autogestionário quanto a exploração do trabalho alheio?

Uma segunda questão diz respeito à impostação da economia solidária em relação à sociedade. Até o presente momento, exceto no caso do MST e de casos isolados, a economia solidária encontra-se voltada para si própria. Ela trabalha pelas bordas da economia dominante, como se um acordo tácito tivesse sido feito entre ela e os sindicatos. Os sindicatos estão voltados para os trabalhadores assalariados empregados. E a economia solidária desenvolve empreendimentos econômicos alternativos às empresas capitalistas, em geral nos setores de mão-de-obra intensiva. Isto segue assim, mesmo no caso da Central Única de Trabalhadores que, a duras penas e depois de muito tempo, acabou criando uma Secretaria para o desenvolvimento da economia solidária. A economia solidária leva em seu bojo fábricas controladas pelos trabalhadores que se reivindicam da autogestão democrática. Mas, a autogestão democrática, como princípio organizador de todas as fábricas e ou de toda a sociedade, não é preconizada nem mesmo a título especulativo. Dessa forma, o que se pretende? Supõe-se, talvez, que a economia solidária possa expandir-se ininterruptamente às custas da empresa capitalista, até o ponto de chegar a confrontá-la de algum modo? Ou imagina-se que ela terá um espaço fundamental na sociedade sem alienar propriamente a organização capitalista da sociedade?

Há uma última questão. A economia solidária convive pacificamente com a propriedade privada dos meios de produção, - supondo-se que um empreendimento de trabalho associado é social ou coletivo pelo fato da propriedade ser de um coletivo de trabalhadores - com o mercado e, portanto, com a produção de mercadorias. Tanto a

prática quanto as investigações realizadas mostram, naturalmente, que a solidariedade econômica preconizada e que pode impor-se parcialmente no âmbito de cada empreendimento é, ao mesmo tempo, solapada pela lógica de produção de mercadorias. Assim mesmo, parece reinar a suposição de que a constituição de redes solidárias resolveria a questão, o que aproxima esta formulação das teses de Proudhon a respeito da constituição de *mutualidades* operando num contexto de economia de mercado.

Em suma, o atual florescimento dos empreendimentos econômicos de trabalho associado é uma experiência notável. Ele mostra que os trabalhadores podem dirigir eles próprios um empreendimento, sem os capitalistas ou seus funcionários. Mostra igualmente que esses procedimentos podem, em nível endógeno, extirpar o trabalho dependente assalariado, erradicar ou minorar grandemente as diferenças distributivas e estabelecer um tipo de administração democrática ou orientada para a democracia que é inconcebível no empreendimento capitalista típico. Entretanto, o trabalho associado ou economia solidária é imberbe, e parece-nos que é de bom senso que seja visto, nesta época histórica, antes de tudo como um campo de experimentação social teórica e prática dos trabalhadores, aberto a novas experiências e questionamentos e prenhe de perguntas sem respostas.

Os organizadores